

Gustavo Carvalho Kichileski
Eduardo Augusto Salomão Cambi

WHISTLEBLOWING

Corrupção e o Informante do Bem

**Atualizado de Acordo com a Lei 13.964/2019
(Pacote Anticrime)**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-340-0



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

Kichileski, Gustavo Carvalho.

K46 *Whistleblowing: corrupção e o informante do bem.*/
Gustavo Carvalho Kichileski, Eduardo Augusto Salomão
Cambi./ Curitiba: Juruá, 2021.
142p.: il.; 21,5cm

1. Corrupção. 2. Delação premiada (Processo penal).
3. Crime organizado. 4. Direito penal. I. Cambi, Eduardo
Augusto Salomão. II. Título.

CDD 345.02323 (22.ed)

CDU 35.077.2

000012

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO.....	23
INTRODUÇÃO.....	25
Capítulo 1 COMPREENSÃO DO INSTITUTO DO <i>WHISTLEBLOWING</i>	27
1.1 TERMINOLOGIA.....	27
1.2 FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	30
1.3 RAZÕES PARA PROTEÇÃO DOS <i>WHISTLEBLOWERS</i>	36
1.4 INCENTIVOS DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL: <i>WHISTLEBLOWERS PROTECTION</i>	39
1.4.1 Conscientização Coletiva.....	40
1.4.2 Advocacia Consultiva.....	40
1.5 O PROJETO MODELO DA OEA SOBRE A PROTEÇÃO DOS DENUNCIANTES (<i>WHISTLEBLOWERS</i>) DE CORRUPÇÃO	41
Capítulo 2 COLABORAÇÃO DO <i>WHISTLEBLOWER</i> NO ENFRENTA- MENTO À CLEPTOCRACIA BRASILEIRA	43
2.1 PROBLEMÁTICA DA FORMAÇÃO DA CONDUTA COR- RUPTA PELA ANÁLISE ECONÔMICA	46
2.2 AMPLIAÇÃO DOS RISCOS DE DESCOBERTA DA COR- RUPÇÃO.....	50
2.3 RELAÇÃO DO <i>WHISTLEBLOWING</i> COM A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS PROBOS	52
2.3.1 A Importância do <i>Whistleblowing</i> para o Fortalecimento da Participação Democrática	54
2.3.2 Justificação do <i>Whistleblowing</i> a Partir do <i>Compliance</i>	58

2.4	LIMITES ÉTICOS DO INFORMANTE DO BEM (<i>WHISTLE-BLOWERS</i>): UMA LIÇÃO NO CASO GÜRTEL	60
Capítulo 3	A RELEVÂNCIA DOS <i>WHISTLEBLOWERS</i> NA SOLUÇÃO DE <i>HARD CASES</i>	63
3.1	CASOS BRADLEY BIRKENFELD E JOHN DOE	64
3.2	ATUAÇÃO DOS <i>WHISTLEBLOWERS</i> NA COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS DOS EUA (<i>U.S SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION</i>)	66
3.3	CASO <i>DIGITAL REALTY TRUST VS. SOMERS</i>	68
3.4	CASO KATHRYN BOLKOVAC	69
3.5	J.B.F: <i>FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION</i> (FBI-U.S)	69
3.6	V.D.F. (GERENTE): OPERAÇÃO LAVA JATO (BRASIL)	71
3.7	TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS: CASO GUJA <i>VS.</i> REPÚBLICA DA MOLDAVIA	74
Capítulo 4	POLÍTICA CRIMINAL VOLTADA AO INCENTIVO DO <i>WHISTLEBLOWING</i> NO BRASIL: PACOTE ANTICRIME	77
4.1	ANÁLISE CRÍTICA DO <i>WHISTLEBLOWING</i> NO PACOTE ANTICRIME	79
4.1.1	Interesse Público para a Revelação da Identidade do Informante <i>vs.</i> Proteção da Identidade	81
4.2	(IN)SUFICIÊNCIA DA LEI DE PROTEÇÃO ÀS TESTEMUNHAS PARA TUTELAR OS <i>WHISTLEBLOWERS</i>	85
4.3	RECOMPENSA DO <i>WHISTLEBLOWER</i>	89
4.4	CANAL DE DENÚNCIA DE ATOS DE CORRUPÇÃO DO GOVERNO FEDERAL: PARCERIA ENTRE ICC BRASIL E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....	94
4.5	PROTEÇÃO DOS DENUNCIANTES (<i>WHISTLEBLOWER</i>) DE BOA-FÉ PELO CADE	95
Capítulo 5	BARREIRAS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO <i>WHISTLE-BLOWER</i> NO BRASIL	97
5.1	BARREIRA CULTURAL DO “JEITINHO BRASILEIRO”	97

5.2	PROJETOS DE LEI QUE NÃO VINGAM: PREJUDICIALIDADE DO INTERESSE PÚBLICO	100
5.3	CORROMPIMENTO DO SISTEMA POLÍTICO E LIÇÕES IGNORADAS PELA OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS NA ITÁLIA: NECESSIDADE DA IMPLANTAÇÃO DOS <i>WHISTLEBLOWERS</i>	102
5.4	BARREIRAS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS <i>WHISTLEBLOWERS</i>	108
5.4.1	Barreiras de Direito Material	109
5.4.1.1	Quem pode ser considerado informante (<i>whistleblower</i>)?.....	109
5.4.1.2	Estabilidade funcional para servidores de cargo comissionado?.....	109
5.4.1.3	Falta da dosimetria para recompensa: risco de enriquecimento sem causa.....	110
5.4.2	Barreiras de Direito Processual.....	111
5.4.2.1	Meio probatório.....	111
5.5	BARREIRA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA QUE “DENUNCIAR VALE A PENA?”	113
5.5.1	Experiência Internacional: Aprendizado que Deu Certo..	114
5.6	CONSEQUÊNCIAS: MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO SOCIAL, FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL PREVENTIVO DE CORRUPÇÃO.....	115
Capítulo 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		117
REFERÊNCIAS		121
ÍNDICE REMISSIVO		129
 LISTA DE FIGURAS E TABELA		
FIGURA 1 – QUADRO DE CORRUPÇÃO SISTÊMICA		45
FIGURA 2 – AEC – ANÁLISE ECONÔMICA DA CORRUPÇÃO		49
TABELA 1 – DIFERENÇA ENTRE <i>WHISTLEBLOWER</i>, TESTEMUNHAS E COLABORADORES PREMIADOS		112